

Na quarta-feira passada saiu do plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, onde se reúne a Constituinte, uma raridade: uma boa notícia para a sociedade brasileira, que teoricamente o colegiado de 559 homens ali reunidos está a representar. Numa sessão histórica, a maioria de centro, eleita pelo povo para funcionar como tal, mostrou sua força e, por 271 votos contra 223, conseguiu a preferência para a votação, no dia seguinte, de um projeto de autoria do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do grupo chamado Centrão, sobre o substitutivo do regimento interno preparado pela Mesa.

A boa notícia não durou, contudo, 24 horas. Na tarde seguinte, o grupo vitorioso, surpreendentemente, atendeu a um apelo feito pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e permitiu que fosse adiada por uma semana a votação de sua própria proposta de regimento interno, o que vai regular a votação em plenário do texto propriamente dito da nova Constituição. Diante do impacto da má notícia provocada pelo recuo do grupo vencedor, a primeira pergunta que se pode fazer é se tem realmente o professor Fernando Henrique Cardoso, um acadêmico aclamado internacionalmente, mas um político não tão aclamado mesmo nos limitados padrões nacionais, o poder irresistível de transformar uma vitória numa

derrota, e vice-versa, com um simples discurso.

É notório o poder que têm os bons discursos na história do Parlamento brasileiro. Até hoje se fala no discurso que o líder da UDN, Affonso Arinos de Mello Franco, fez na Câmara no epicentro da crise que culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954. Carlos Lacerda também fez história com seus pronunciamentos da tribuna. Ainda recentemente o senador Mário Covas obteve sua indicação para a liderança do partido majoritário na Constituinte graças à oportunidade de um discurso, no qual resumiu as apreensões e intenções da maioria de sua bancada. Atribuir este poder ao discurso de Fernando Henrique antontem, contudo, é cair em perigoso transe de ingenuidade.

A força que fez os derrotados conseguirem tempo para articulação e moveu os vitoriosos ao recuo foi simplesmente a da inércia. A triste verdade na política brasileira é que o povo sempre elege bancadas majoritariamente de centro, mas as minorias ativas, trabalhadoras e militantes sempre impõem sua vontade, à força não apenas de sua organização e de seus métodos, mas principalmente da ausência e da omissão dos parlamentares centristas. Pode parecer cruel, mas não estará distante da verdade a explicação segundo a qual a votação do projeto de regimento do Centrão foi adiada por uma semana justamente porque ela tendia a cair

em dias muito próximos do sábado e do domingo.

Ou seja, Fernando Henrique propôs, em nome dos derrotados, e o Centrão aceitou, apesar de a contragosto, o adiamento da votação, porque os dois chegaram à tácita certeza de que a grande maioria dos "gazeteiros" não está nos grupos de esquerda inferiorizados numericamente, mas no Centrão, que ganhou a primeira batalha, mas ainda está longe de ter decidido em seu favor a guerra. A votação foi adiada porque os grupos de esquerda sentiram o impacto da derrota e precisavam de tempo para se recuperar e os líderes do Centrão tinham consciência de que a proximidade do domingo (e não o discurso inspirado do líder do PMDB no Senado) é irresistível demais para segurar sua maioria em plenário.

Os líderes das diversas facções que compõem o Centrão têm até uma explicação para este fenômeno de fuga coletiva: explicam que têm seus próprios afazeres em seus Estados, enquanto os deputados da esquerda podem ficar todos os dias em Brasília trabalhando. Trata-se de uma explicação inconveniente, desrespeitosa para com o cidadão que, na qualidade de contribuinte, paga os seus salários, e até mesmo cínica. Ao disputar uma cadeira no Congresso, qualquer cidadão, por mais leigo que seja em política, sabe que a primeira providência a tomar, se vencer, será depositar seus interesses

particulares nas mãos de um parente ou de uma pessoa de confiança, para estar livre e poder tratar com um mínimo de eficiência dos interesses comuns da sociedade, que está representando no Parlamento. Afinal de contas, não há nenhuma lei que assegure a sobrevivência de deputados de esquerda, enquanto permanecem em trabalho legislativo, punindo os que não professem ideologia esquerdista com a necessidade de proverem seu próprio sustento. A "gazeta", ademais de impatriótica, torna-se mais absurda ao exigir explicações do gênero.

Como os deputados da esquerda, episodicamente derrotados na votação de quarta-feira, os vitoriosos do Centrão recebem subsídios do mesmo valor para a realização do mesmo trabalho. Se não estão dispostos a cumprir sua tarefa ou se estão sendo prejudicados em seus negócios particulares, o mínimo que lhes é exigido é que renunciem a suas cadeiras na Constituinte, para que outros, mais interessados, possam trabalhar efetivamente na difícil tarefa de redigir uma Constituição que atenda aos anseios gerais da sociedade brasileira. A obrigação de todo deputado é comparecer sempre às votações e tentar nelas exprimir aquilo que é do desejo e do interesse da maioria da nação brasileira. Quem não fizer isso, por comodismo, pela força da inércia ou para atender a interesses individuais, estará traíndo a missão para a qual foi eleito.